



Ministério da Saúde
Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos
Coordenação-Geral de Planejamento de Assuntos Parlamentares
Coordenação de Assuntos Legislativos

OFÍCIO Nº 76/2023/COLEG/CGPAR/ASPAR/MS

Brasília, 07 de agosto de 2023.

Sua Excelência
Deputado Federal **PAULO GUEDES**
Presidente da Comissão de Finanças e Tributação - CFT
Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo II, Pavimento Superior,
Ala C Sala 136
CEP: 70160-900 Brasília/DF

Assunto: Impacto orçamentário-financeiro do Projeto de Lei nº 554 de 2007

Senhor Presidente,

Em atenção ao Ofício Pres. nº 72/23-CFT, de 17 de maio de 2023, por meio do qual Vossa Excelência solicita a estimativa atualizada do impacto orçamentário-financeiro do Projeto de Lei nº 554 de 2007 e apensados, encaminhamos o Formulário de Posicionamento sobre proposição legislativa (0034366299), elaborado pela Coordenação de Prevenção e Vigilância/INCA, ratificado pela Direção-Geral do Instituto Nacional de Câncer - INCA/SAES/MS e pelo Secretário de Atenção Especializada à Saúde, substituto (0034463314) com ressalvas/sugestões ao proposto no Projeto de Lei de que trata o presente expediente.

Atenciosamente,

SAMANTHA DA ROCHA SOUZA

Coordenadora de Assuntos Legislativos

MARRONI DOS SANTOS ALVES

Coordenador-Geral de Planejamento de Assuntos Parlamentares

Ciente do teor do formulário de proposição com manifestação sobre o substitutivo ao Projeto de Lei nº 554/2007 que "Isenta da incidência de impostos federais os filtros e bloqueadores solares". A Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos segue à disposição para debater o tema com a Presidência da CFT e a relatora da matéria.

FRANCISCO JOSÉ D'ANGELO PINTO

Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos



Documento assinado eletronicamente por **Samantha da Rocha Souza, Coordenador(a) de Assuntos Legislativos**, em 15/08/2023, às 15:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marroni dos Santos Alves, Coordenação-Geral de Planejamento de Assuntos Parlamentares**, em 15/08/2023, às 21:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Jose D'Aangelo Pinto, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos**, em 16/08/2023, às 18:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0035208017** e o código CRC **CCC2AADE**.

Referência: Processo nº 25000.145513/2007-54

SEI nº 0035208017

Coordenação de Assuntos Legislativos - COLEG
Esplanada dos Ministérios, Bloco G - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70058-900
Site - saude.gov.br



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Of. Pres. nº 72/23-CFT

Brasília, 17 de maio de 2023.

A Sua Excelência a Senhora
Nísia Verônica Trindade Lima
Ministra de Estado da Saúde

Assunto: **Estimativa do impacto orçamentário-financeiro do Projeto de Lei nº 554 de 2007**

Senhora Ministra,

Tramita nesta Comissão o Projeto de Lei nº 554 de 2007 que “altera a Lei nº 5.991, de 17 de setembro de 1973, e dá outras providências”.

Com base no que dispõe os artigos de nºs 131 a 143 da Lei nº 14.436, de 9 de agosto de 2022 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2022), cabe a esta Presidência encaminhar pedido de informação sobre o impacto orçamentário e financeiro relativo às proposições legislativas que tratam de matéria do campo temático desta Comissão, com prazo para resposta de até sessenta dias.

Nesses termos, solicito a Vossa Excelência encaminhar a estimativa atualizada do impacto orçamentário-financeiro que decorreria da aprovação do Projeto de Lei nº 554 de 2007, e apensados, acompanhada da respectiva memória de cálculo, correspondente aos exercícios 2023, 2024 e 2025, conforme determina o art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

Certo do atendimento ao pleito, coloco-me à disposição deste Ministério para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Deputado PAULO GUEDES
Presidente



Ministério da Saúde
Secretaria de Atenção Especializada à Saúde
Instituto Nacional de Câncer
Coordenação de Prevenção e Vigilância

FORMULÁRIO DE POSICIONAMENTO SOBRE PROPOSIÇÃO LEGISLATIVA

Proposição Legislativa: Substitutivo ao Projeto de Lei n.º 554/2007			
Autor: Deputado Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr.			
Ementa: "Isenta da incidência de impostos federais os filtros e bloqueadores solares".			
Data da Manifestação: 14/06/2023			
Posicionamento:	<input type="checkbox"/> Favorável <input checked="" type="checkbox"/> Favorável com ressalvas/sugestões <input type="checkbox"/> Contrário	<input type="checkbox"/> Nada a opor <input type="checkbox"/> Fora de competência	
Relevância da Proposição para o MS:	<input type="checkbox"/> Alta <input type="checkbox"/> Moderada <input checked="" type="checkbox"/> Baixa <input type="checkbox"/> Nenhuma	Impacto orçamentário:	<input type="checkbox"/> Alta <input type="checkbox"/> Moderada <input checked="" type="checkbox"/> Baixa <input type="checkbox"/> Nenhuma
Manifestação referente ao:	<input type="checkbox"/> Texto Original <input type="checkbox"/> Emendas de Relator <input checked="" type="checkbox"/> Substitutivo	<input type="checkbox"/> Projeto(s) Apensado(s) <input type="checkbox"/> Redação Final Aprovada na <input type="checkbox"/> CD <input type="checkbox"/> SF	

ANÁLISE TÉCNICA:

Trata-se da análise do Impacto Orçamentário e Financeiro do Projeto de Lei n.º 554/2007 e da análise do substitutivo adotado pela Comissão de Saúde (CSAUDE).

Com relação à análise e estimativa sobre o Impacto Orçamentário e Financeiro que decorreria da aprovação do Projeto de Lei nº 554/2007, e apensados, acompanhada da respectiva memória de cálculo, correspondente aos exercícios 2023, 2024 e 2025, solicitadas pelo Of. Pres. nº 72/23-CFT (**0033633233**) e Despacho ASPAR (**0033633560**), informa-se que tal análise não é de competência da Coordenação-Geral da Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer e da Coordenação de Prevenção e Vigilância do Instituto Nacional de Câncer.

Cabe ressaltar que o Art. 113 do ADCT da Constituição Federal de 1988 informa que "a proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro", compreendendo-se que o projeto de lei em questão já devia estar acompanhado desta análise quando de sua apresentação.

CF 1988 - ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS:

Art. 113. A proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro. [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016\)](#)

Com relação à análise do substitutivo adotado pela Comissão de Saúde (CSAUDE) (**0033631875**) ao Projeto de Lei - PL n.º 554/2007, informa-se que:

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária encaminhou o posicionamento referente ao Projeto de Lei nº 554, de 2007, uma vez que, de acordo com o Art. 8º da Lei nº 9.782, de 1999, "incumbe à Agência, respeitada a legislação em vigor, regulamentar, controlar e fiscalizar os produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública", dentre eles, os cosméticos.

Assim, por meio do Ofício nº 162/2022/SEI/DIRE3/ANVISA (**0026478136**) foram descritas informações e sugestões, sendo sugerida, dentre outras, a adequação dos termos para designar os referidos produtos.

A justificativa para a recomendação de utilização de somente o termo 'protetor solar', foi que o art. 14 da Resolução da Diretoria Colegiada Nº 629, de 10 de março de 2022, proíbe a utilização de termos que induzam bloqueio da radiação

solar. Ademais, a definição do Art. 5º já contempla outras preparações com a mesma finalidade, a saber:

RDC Nº 629, de 10 de março de 2022:

"Art. 5º Para os fins da presente Resolução, adotam-se as seguintes definições:

I - protetor solar: qualquer preparação cosmética destinada a entrar em contato com a pele e lábios, **com a finalidade exclusiva ou principal de protegê-la contra a radiação UVB e UVA**, absorvendo, dispersando ou refletindo a radiação".

(...)

Art. 14. Os protetores solares **não devem possuir alegações** de rotulagem que impliquem as seguintes características:

I - 100 % de proteção contra a radiação UV ou efeito antissolar;

II - possibilidade de não reaplicar o produto em quaisquer circunstâncias; e

III - denominações que induzam a uma proteção total ou **bloqueio da radiação solar**. (grifo nosso)

Contudo, em análise ao Substitutivo do PL observa-se que o legislador manteve a utilização do termo "bloqueadores". Portanto, a fim de se adequar à legislação e à recomendação da Agência, reitera-se a sugestão de adequação do texto, com a supressão do termo "bloqueadores" utilizado no Art. 1º do substitutivo ao PL 554/2007.

No que tange à isenção da incidência de impostos sob competência da União, que foi descrita no Art. 1º do substitutivo, reafirmam-se os posicionamentos já realizados (0023862904 e 0024280436), visto que as áreas técnicas se manifestaram favoráveis com ressalvas e, que, consoante o Parecer do INCA (0023862904), o uso de protetor solar é uma medida preventiva importante, porém não é a única.

Com relação ao Art. 2º do substitutivo, informa-se que o Poder Executivo, por meio da Anvisa, já é autorizado a definir os parâmetros e requisitos mínimos para a classificação dos protetores solares como eficazes contra as radiações solares, uma vez que, consoante determinado pela Lei nº 9.782/1999, incumbe à Agência regulamentar os produtos cosméticos. Logo, sugere-se suprimir todo o Art. 2º da proposição legislativa em tela.

Lei nº 9.782, de 1999

"Art. 8º. Incumbe à Agência, respeitada a legislação em vigor, regulamentar, controlar e fiscalizar os produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública. (...)

III - cosméticos, produtos de higiene pessoal e perfumes;"

Cumpra mencionar que os protetores solares são definidos e regulamentados pela RDC nº 629/2022 (http://antigo.anvisa.gov.br/documents/10181/6407780/RDC_629_2022_.pdf/8afdb838-af85-4690-a9f7-842ba38119ee), Lei nº 9.782/1999 (https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9782.htm) e Lei nº 6.360/1976 (https://aeap.org.br/wp-content/uploads/2019/10/lei_federal_6360_de_23_de_setembro_de_1976.pdf).

Ante o exposto, a Coordenação-Geral da Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer e a Coordenação de Prevenção e Vigilância do Instituto Nacional de Câncer manifestam-se FAVORAVELMENTE COM RESSALVAS ao substitutivo adotado pela Comissão de Saúde (CSAUDE), visto: que o uso de protetor solar é uma medida preventiva importante, porém não é a única; a sugestão de adequação dos termos para designar os referidos produtos (suprimindo o termo 'bloqueador'); e a sugestão de supressão de todo o Art. 2.

Encaminha-se ao GAB/SAES para conhecimento e providências.

FERNANDO HENRIQUE ALBUQUERQUE MAIA

Coordenador-Geral

Coordenação-Geral da Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer -
CGCAN/SAES/MS

ROBERTO DE ALMEIDA GIL

Diretor-Geral do Instituto Nacional de Câncer – INCA/SAES/MS

MARCIA SARPA DE CAMPOS MELLO

Coordenadora de Prevenção e Vigilância

UBIRANI BARROS OTERO

Tecnologista

Rio de Janeiro, 26 de junho de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Ubirani Barros Otero, Tecnologista**, em 26/06/2023, às 15:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Sarpa de Campos Mello, Coordenador(a) de Prevenção e Vigilância**, em 26/06/2023, às 18:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Joao Paulo de Biaso Viola, Diretor(a) do Instituto Nacional de Câncer substituto(a)**, em 27/06/2023, às 12:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Henrique de Albuquerque Maia, Coordenador(a)-Geral da Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer**, em 30/06/2023, às 09:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0034366299** e o código CRC **D4D03CC9**.

Referência: Processo nº 25000.145513/2007-54

SEI nº 0034366299

Coordenação de Prevenção e Vigilância - CONPREV/INCA
Rua Marquês de Pombal, nº 125 - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20230-240
Site



Ministério da Saúde
Secretaria de Atenção Especializada à Saúde
Gabinete

DESPACHO

SAES/GAB/SAES/MS

Brasília, 30 de junho de 2023.

RESTITUA-SE à Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos - ASPAR/MS, para conhecimento e providências relativas ao Formulário de Posicionamento sobre Proposição Legislativa (0034366299), emitido pelo Instituto Nacional de Câncer (INCA), desta Secretaria, com posicionamento **FAVORÁVEL com ressalvas/sugestões** ao proposto no Projeto de Lei de que trata o presente expediente.

ARISTIDES VITORINO DE OLIVEIRA NETO

Secretário de Atenção Especializada à Saúde substituto



Documento assinado eletronicamente por **Aristides Vitorino de Oliveira Neto, Secretário(a) de Atenção Especializada à Saúde substituto(a)**, em 03/07/2023, às 10:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0034463314** e o código CRC **8204D8FB**.

Referência: Processo nº 25000.145513/2007-54

SEI nº 0034463314